



Chapa com Douglas Ruas e Fernanda Louback (PL) confirmada

Vereadora e ativista do autismo como vice na chapa de Douglas Ruas

O candidato ao governo do Estado pelo PL, Douglas Ruas, definiu nesta terça-feira (4) a vereadora de Niterói Fernanda Louback como candidata a vice-governadora em sua chapa. Aos 46 anos, empresária e mãe de duas meninas autistas, ela é a primeira presidente do PL Mulher no município e preside a Comissão de Pessoas com Deficiência da Câmara de Vereadores. A escolha reforça a presença de uma representante ligada às pautas da inclusão, da proteção às crianças e do apoio às mães atípicas na composição da candidatura. Antes de ingressar na vida pública, Fernanda atuou como comerciante e foi proprietária de uma loja de joias e semi-joias em Icaraí. A atividade foi encerrada após uma obra da prefeitura bloquear, por meses, o acesso ao estabelecimento, inviabilizando a chegada dos clientes e sem que houvesse uma solução por parte do poder público. A experiência, segundo sua trajetória, marcou sua visão sobre os impactos que decisões administrativas podem causar na rotina de empreendedores e da população.

Causa autista

Mesmo antes de ocupar um cargo eletivo, Fernanda já desenvolvia ações voltadas à fiscalização de escolas e estabelecimentos responsáveis pelo atendimento de crianças autistas, além de mobilizar a sociedade em torno dessas pautas. Em 2024, decidiu disputar uma vaga na Câmara de Niterói e foi eleita para seu primeiro mandato. Desde então, mantém sua atuação concentrada nas políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência e às famílias atípicas.



Fernanda Louback atua em defesa das famílias atípicas

‘Renovação política’

Ao aceitar o convite para integrar a chapa, Fernanda afirmou que vê em Douglas Ruas uma proposta de renovação política para o estado e disse que pretende trabalhar para devolver protagonismo à população fluminense. No anúncio da composição, Douglas destacou o perfil da vereadora, afirmando que ela representa o empreendedorismo, a defesa das mulheres e das crianças. Segundo o candidato, a parceria busca fortalecer uma campanha voltada às áreas de segurança, geração de empregos e melhoria das condições de vida no Rio de Janeiro.

Jordy na segunda vaga ao Senado

O senador Flávio Bolsonaro confirmou nesta terça-feira (4) o deputado federal Carlos Jordy como candidato do PL ao Senado pelo Rio de Janeiro. O anúncio foi feito nas redes sociais e representa mais um passo na montagem da chapa da legenda no estado. Ao oficializar a escolha, Flávio classificou Jordy como um nome preparado, leal e entre os principais representantes da direita brasileira.

Novos capítulos

O empresário Renato Araújo, líder político de Angra dos Reis e candidato a deputado federal pelo PL, elevou o tom contra o grupo do ex-prefeito Fernando Jordão após os desdobramentos das investigações da Polícia Federal e da decisão da Justiça Eleitoral. Em vídeo divulgado nas redes sociais, afirmou que o caso ainda terá novos capítulos.

Vídeo polêmico

Ao comentar a decisão que cassou os diplomas do prefeito Cláudio Ferreti e do vice Rubinho Metalúrgico, além de tornar Fernando Jordão inelegível por oito anos, Renato Araújo disse que as medidas reforçam denúncias feitas por ele há anos. Segundo o empresário diz no vídeo, ainda há fatos que precisam ser esclarecidos.

Disputa acirrada

Renato Araújo lembrou a eleição municipal de 2024, decidida pela menor diferença de votos da história de Angra dos Reis. No vídeo, afirmou que foi alvo de uma campanha para desgastar sua candidatura e sustentou que os elementos reunidos pela Polícia Federal e pela Justiça Eleitoral respaldam suas declarações.

Conteúdos contra ele

Durante o pronunciamento, Renato citou a publicitária Gabriela Athias, sócia da Somma Comunicações, afirmando que ela teria coordenado a produção e a divulgação de conteúdos contra sua candidatura. Segundo ele, a atuação descrita consta do inquérito conduzido pela Polícia Federal.

Novos elementos

Renato também mencionou reportagens do Correio Sul Fluminense, do grupo Correio da Manhã, que apontam Gabriela Athias como investigada em inquérito da PF sobre supostos crimes eleitorais ligados à campanha de 2024. As publicações registram ainda que a investigação passou a contar com novos elementos durante a apuração.

Cobrança

Candidato à Câmara dos Deputados, Renato Araújo afirmou que continuará defendendo o aprofundamento das investigações relacionadas ao processo eleitoral em Angra dos Reis. Segundo ele, todos os fatos devem ser esclarecidos e eventuais responsáveis responsabilizados na forma da lei, com respeito às instituições.



Grupo planejava atentados a bomba na capital federal

PCDF desarticula grupo que planejava atentados

Operação Rede Interrompida foi deflagrada para evitar ações

Por **Gabriela Gallo**

A Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) deflagrou, nesta terça-feira (4) a Operação Rede Interrompida, que desarticulou um grupo que arquitetava ataques e ações violentas em Brasília durante o período eleitoral de 2026.

O grupo compartilhava manuais para a fabricação de artefatos explosivos que, de acordo com as autoridades, tinham o objetivo de serem acionados em prédios públicos da capital federal durante o período eleitoral. Dentre os alvos dos ataques, estavam o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Palácio do Planalto.

Segundo a apuração da polícia, o grupo discutia invasões de edificações, seleção de alvos, formação tática, recrutamento interestadual, análise de mapas e compartilhamento de plantas arquitetônicas e modelos tridimensionais de prédios na região central da capital federal.

A investigação se iniciou a partir de um relatório técnico produzido pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, que apresentou informações de grupos virtuais extremistas. O grupo era formado por oito pessoas entre 19 anos e 31 anos, que se intitulavam “contra o sistema” e atuavam

nas redes sociais. Também foram apreendidos materiais com apologia ao nazismo, facas e armas de fogo. Nenhum dos identificados possui antecedentes criminais e os membros não se conhecem pessoalmente, apenas através da internet.

As prisões dos investigados foram expedidas nos estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Pernambuco e Rio Grande do Sul, que iriam se deslocar para Brasília na intenção de realizar os atos. Coordenada pela Divisão de Prevenção e Combate ao Extremismo Violento (DPCEV), a operação também contou com a contribuição das polícias locais para esclarecer o grau de organização do grupo e o estágio de desenvolvimento das ações discutidas pelos envolvidos.

Inicialmente, o inquérito apura os crimes de associação criminosa, incitação ao crime, apologia de crime ou criminoso e delitos previstos na legislação antirracismo. Os fatos não chegaram a ser enquadrados na Lei de Terrorismo, mas as investigações prosseguem.

“Foi uma atuação preventiva, visando evitar a escalada de ações potencialmente violentas”, disse o delegado-geral da PCDF, José Werick.